

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

EVERTON LEANDRO B. A. SILVA

**ADORAÇÃO BÍBLICA NO CULTO PÚBLICO: ELEMENTOS ESSENCIAIS À LUZ
DO PRINCÍPIO REGULADOR**

SÃO PAULO

2026

EVERTON LEANDRO B. A. SILVA

**ADORAÇÃO BÍBLICA NO CULTO PÚBLICO: ELEMENTOS ESSENCIAIS À
LUZ DO PRINCÍPIO REGULADOR**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito final no
curso de bacharel em teologia da
Faculdade Teológica Batista de São
Paulo.

Orientador: Prof. Me Luciano Alves

SÃO PAULO

2026

SILVA, Everton Leandro Borges de Almeida

Adoração bíblica no culto público: elementos essenciais à luz do princípio regulador – São Paulo, 2026. 59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para a conclusão do Curso de Bacharel em Teologia

Orientador: Prof. Luciano Alves

Introdução - A Natureza da Adoração Segundo as Escrituras - Teologia Reformada - Princípio Regulador do Culto - Adoração Cristã - Culto Público - Liturgia - Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

CDD 264

FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA DE SÃO PAULO

Everton Leandro B. A Silva

**ADORAÇÃO BÍBLICA NO CULTO PÚBLICO: ELEMENTOS
ESSENCIAIS À LUZ DO PRINCÍPIO REGULADOR**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luciano Alves - Orientador

Prof. Me. Marcos de Almeida – Leitor

DEDICO

Ao Deus Triúno, Pai, Filho e Espírito Santo, por Sua graça soberana, bondade infinita e fidelidade eterna, que me chamou das trevas para Sua maravilhosa luz, resgatou-me da escravidão do pecado e concedeu-me o privilégio inestimável de estudar e conhecer mais profundamente as riquezas insondáveis de Sua Palavra revelada.

À minha amada esposa, Elisângela Servulo de Almeida, companheira fiel na jornada da vida e do ministério, cujo amor, paciência e apoio constante tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Aos meus filhos amados, Noah de Almeida Servulo e Benjamin de Almeida Servulo, dádivas preciosas do Senhor, que enchem minha vida de alegria e me inspiram a servir a Cristo com fidelidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Deus Triúno — Pai, Filho e Espírito Santo — por Sua bondade imerecida, graça transformadora e amor incomparável. Por ter me chamado soberanamente das trevas para Sua maravilhosa luz (1Pe 2.9), resgatando-me da escravidão do pecado pela obra expiatória de Cristo, e concedendo-me o dom de estudar e crescer no conhecimento de Sua Palavra.

À minha amada família, fonte constante de amor e encorajamento. À minha esposa, **Elisângela Servulo de Almeida**, pelo amor paciente e parceria fiel. Aos meus filhos, **Noah** e **Benjamin**, pelos sorrisos que renovam minhas forças diariamente.

Às igrejas que enxergaram em mim o dom ministerial e me confirmaram no exercício do ministério: **Primeira Igreja Batista em Santo Amaro**, por meio do Pastor **Joelito Silva**, pela confiança inicial; e à **Primeira Igreja Batista Nova Vida**, por meio dos Pastores **Isaías Rissoto** e **Caio Machado**, além de toda a liderança, pelo apoio constante e mentoria espiritual que marcaram profundamente minha formação ministerial.

À **Faculdade Teológica Batista de São Paulo**, que me proporcionou formação teológica sólida e biblicamente fundamentada. Agradeço especialmente a **todos os professores**, pela dedicação exemplar ao ensino das Escrituras e compromisso com a verdade bíblica. Aos **coordenadores**, pelo incentivo acadêmico constante. A **todos os funcionários**, pela atenção e auxílio prestimoso. Cada profissional foi instrumento da bondosa mão de Deus em minha formação.

Aos **meus colegas de turma**, com os quais pude debater, aprender, orar e crescer junto em humildade, conhecimento e no serviço ao próximo. A comunhão fraternal compartilhada tornou esta jornada mais rica e significativa.

Ao meu orientador, **Professor Luciano Alves**, pela orientação competente, paciência generosa e disposição em me instruir. Sua contribuição foi fundamental para a conclusão desta pesquisa.

A todos os demais professores que foram usados por Deus para que eu chegasse até este momento, minha profunda gratidão.

Soli Deo Gloria

*"Não a nós, SENHOR, não a nós, mas
ao teu nome dá glória, por amor da tua
misericórdia e da tua fidelidade."*

(Salmos 115.1)

*"O fim principal do homem é glorificar a
Deus e gozá-lo para sempre."*

(Catecismo Maior de Westminster)

RESUMO

Este trabalho investiga o culto público cristão à luz do Princípio Regulador do Culto, analisando seus fundamentos bíblicos, teológicos e práticos. A pesquisa demonstra que Deus, por meio de Sua Palavra revelada, determina como deve ser adorado, e que a igreja deve submeter-se à autoridade das Escrituras na ordenação do culto congregacional. Examina-se a pregação expositiva, oração, louvor congregacional, ordenanças, dízimos e ofertas, e comunhão dos santos como elementos essenciais ordenados por Deus. Conclui-se que o Princípio Regulador do Culto é decorrência necessária da suficiência das Escrituras e da soberania de Deus, sendo sua recuperação urgente para a saúde espiritual da igreja contemporânea.

Palavras-chave: Princípio Regulador do Culto. Adoração Cristã. Teologia Reformada. Culto Público. Pregação Expositiva.

ABSTRACT

This work investigates Christian public worship in light of the Regulative Principle of Worship, analyzing its biblical, theological, and practical foundations. The research demonstrates that God, through His revealed Word, determines how He should be worshiped, and that the church must submit to the authority of Scripture in ordering congregational worship. Expository preaching, prayer, congregational singing, ordinances, tithes and offerings, and communion of saints are examined as essential elements ordained by God. It concludes that the Regulative Principle of Worship is a necessary consequence of the sufficiency of Scripture and God's sovereignty, and its recovery is urgent for the spiritual health of the contemporary church.

Keywords: Regulative Principle of Worship. Christian Worship. Reformed Theology. Public Worship. Expository Preaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – A NATUREZA DA ADORAÇÃO SEGUNDO AS ESCRITURAS	13
CAPÍTULO 2 – O PRINCÍPIO REGULADOR DO CULTO: ORIGEM, FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES	17
CAPÍTULO 3 – A PREGAÇÃO EXPOSITIVA COMO ATO CENTRAL DE ADORAÇÃO	22
CAPÍTULO 4 A ORAÇÃO COMO EXPRESSÃO DE ADORAÇÃO E SUBMISSÃO.....	27
CAPÍTULO 5 O LOUVOR CONGREGACIONAL E A ADORAÇÃO POR MEIO DO CÂNTICO.....	33
CAPÍTULO 6 – AS ORDENANÇAS COMO ATOS DE ADORAÇÃO	38
CAPÍTULO 7 DÍZIMOS E OFERTAS: ADORAÇÃO POR MEIO DA GENEROSIDADE	43
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ARA – Almeida Revista e Atualizada

AT – Antigo Testamento

CFB 1689 – Confissão de Fé Batista de 1689

CFW – Confissão de Fé de Westminster

NT – Novo Testamento

PRC – Princípio Regulador do Culto

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

INTRODUÇÃO

O culto público cristão constitui momento central da vida da igreja, onde o povo de Deus expressa adoração, ouve a Palavra proclamada e celebra as ordenanças. Ao longo da história, diferentes perspectivas teológicas debateram a natureza e a estrutura da adoração pública cristã, especialmente quanto aos critérios que definem o culto aceitável a Deus.

Uma questão central neste debate refere-se à continuidade entre o culto veterotestamentário e a adoração cristã. Em que medida os princípios revelados no Antigo Testamento permanecem normativos para a igreja? Augustus Nicodemus Lopes, ao refletir sobre o ministério profético em Israel, oferece importante observação:

Muitos evangélicos pensam que pouco ou nada podemos aprender com aquilo que o Antigo Testamento nos fala acerca do culto a Deus. Contudo, muitos ficarão surpresos ao descobrir que os profetas, e entre eles, Malaquias, ao levantarem sua voz contra o povo de Deus de sua época, por haverem desvirtuado o culto ao Senhor, usaram como argumentos princípios relativos à adoração a Deus que certamente se aplicam ao povo de Deus de todas as épocas. (LOPES, 2012, p. 7-8)

Esta observação introduz questão fundamental: se existem princípios permanentes de adoração, quem determina como Deus deve ser adorado? A tradição reformada responde por meio do Princípio Regulador do Culto, segundo o qual Deus mesmo estabelece, por Sua Palavra revelada, os critérios da adoração. A Confissão de Fé Batista de 1689 expressa:

O modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado por sua própria vontade revelada, que ele não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás, nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras. (CONFISSÃO DE FÉ BATISTA DE 1689, 2001, p. 83)

O presente trabalho investiga a adoração no culto público à luz da perspectiva reformada batista, analisando como o Princípio Regulador do Culto orienta os elementos da adoração cristã.

Justifica-se esta pesquisa pela existência de debate teológico contemporâneo sobre os critérios reguladores do culto público. Diferentes tradições protestantes adotam perspectivas distintas quanto aos elementos litúrgicos. Este trabalho se posiciona na tradição reformada batista confessional.

Como problema de pesquisa, indaga-se: Como o Princípio Regulador do Culto fundamenta-se nas Escrituras segundo a tradição reformada batista? Quais são seus fundamentos bíblico-teológicos? Que elementos constituem adoração aceitável nesta perspectiva?

Defende-se como hipótese que o Princípio Regulador do Culto oferece critério teológico coerente para regular o culto público derivando da suficiência das Escrituras e soberania de Deus sobre a adoração.

O objetivo geral é analisar a adoração no culto público à luz do Princípio Regulador do Culto segundo a perspectiva reformada batista confessional. Os objetivos específicos são: (1) investigar os fundamentos bíblicos e teológicos do Princípio Regulador; (2) identificar os elementos da adoração pública conforme esta tradição; (3) analisar consequências práticas da negligência desse princípio; (4) dialogar criticamente com perspectivas teológicas alternativas.

Este trabalho adota abordagem qualitativa, bibliográfica. Analisa fontes (Escrituras Sagradas, Confissão de Fé Batista de 1689, Confissão de Westminster, João Calvino, Augustus Nicodemus Lopes, Daniel Cruse, Robert Jamieson, David Peterson, Bryan Chapell).

Adotam-se as seguintes definições conceituais: (1) Princípio Regulador do Culto: princípio reformado segundo o qual Deus determina como deve ser adorado mediante Sua Palavra; (2) Elementos do culto: componentes essenciais ordenados biblicamente para adoração pública; (3) Circunstâncias do culto: aspectos práticos sobre os quais a igreja possui liberdade santificada.

Espera-se contribuir para o debate teológico brasileiro sobre adoração cristã, reconhecendo a pluralidade de perspectivas protestantes, enquanto se defende a coerência e fundamentação bíblica da abordagem reformada batista.

CAPÍTULO 1 – A NATUREZA DA ADORAÇÃO SEGUNDO AS ESCRITURAS

A discussão sobre culto público não pode ser reduzida a preferências estéticas ou pragmatismo ministerial. Trata-se de questão teológica: quem é Deus e como Ele determina ser adorado. Este capítulo expõe a natureza da adoração conforme as Escrituras, estabelecendo bases bíblicas para tratar, no capítulo seguinte, do Princípio Regulador do Culto.

A adoração bíblica é criacional (fundada na relação Criador-criatura), pactual (marcada pela revelação divina), redentiva (orientada pelo evangelho), cristocêntrica (mediada por Cristo) e comunitária (expressa na assembleia). Adoração aceitável não é produto da imaginação religiosa humana, mas resposta obediente à autorrevelação do Deus santo.

1.1. Adoração como vocação criacional e a corrupção pelo pecado

O ponto de partida bíblico é o reconhecimento de que Deus é Criador e o homem, criatura. Criado à imagem de Deus, o homem orienta sua existência ao Criador em reconhecimento e reverência. A criação não é neutra; ela proclama: "Os céus proclamam a glória de Deus" (Sl 19.1).

Romanos 1 explicita a dimensão cultural do pecado: a humanidade troca o objeto do culto. Paulo afirma que os homens "mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura em lugar do Criador" (Rm 1.25). A idolatria é desvio da estrutura da existência humana. O ser humano é adorador: se não adora a Deus, adora algo no lugar dele.

Essa percepção corrige duas distorções. Primeiro, impede tratar o culto como ferramenta para emoções ou entretenimento. Segundo, evidencia que o problema não é "falta de adoração", mas adoração desordenada. O pecado é colapso cultural. A tradição reformada reconhece que o culto aceitável está fundamentado no conhecimento correto de Deus:

A verdadeira adoração tem que estar baseada no conhecimento correto a respeito de Deus. Não se pode adorar corretamente aquilo que não se conhece adequadamente. Por isso, a adoração a Deus tem que estar fundamentada naquilo que Ele revelou acerca de si mesmo

nas Escrituras. A adoração que não se baseia na revelação bíblica é idolatria, pois está dirigida a um deus que é fruto da imaginação humana, e não ao Deus que se revelou nas Escrituras. (LOPES, 2014, p. 23).

A adoração cristã é resposta ao Deus que se revela pela Palavra, restaurando adoradores ao seu fim verdadeiro.

1.2. Adoração como realidade pactual e revelacional

Embora tenha fundamento criacional, a Escritura desenvolve o tema da adoração de modo pactual. Deus chama, liberta, estabelece aliança e constitui um povo. A adoração é resposta à iniciativa divina. A revelação esteve ligada ao Sinai, ao Tabernáculo e ao Templo, lugares nos quais a Palavra era recebida e a presença divina reconhecida:

A autorrevelação de Deus a Israel estava, particularmente, associada ao monte Sinai, ao Tabernáculo no deserto e, depois, ao Templo de Jerusalém. Ali, a palavra do Senhor era transmitida e recebida, e tanto seu governo sobre o povo quanto sua presença no meio deles eram representados de maneira poderosa. O ritual estabelecido em associação com esses santuários cumpria esses dois propósitos: por meio dele, Israel reconhecia a presença majestosa de Deus e ao mesmo tempo, sendo um povo rebelde e infiel, era preservado por Deus em um relacionamento consigo. (PETERSON, 2019, p. 246).

O culto bíblico não nasce da criatividade religiosa, mas da autorrevelação de Deus. Os profetas demonstram que Deus rejeita culto hipócrita: sacrifícios coexistem com injustiça e tornam-se abomináveis (Is 1.11-17; Am 5.21-24). Os princípios proféticos sobre adoração são perenes:

Muitos evangélicos pensam que pouco ou nada podemos aprender com aquilo que o Antigo Testamento nos fala acerca do culto a Deus. [...] Contudo, muitos ficarão surpresos ao descobrir que os profetas — e entre eles, Malaquias — ao levantarem sua voz contra o povo de Deus de sua época, por haverem desvirtuado o culto ao Senhor, usaram como argumentos princípios relativos à adoração a Deus que

certamente se aplicam ao povo de Deus de todas as épocas. (LOPES, 2012, p. 7-8).

Adoração verdadeira envolve não apenas atos externos, mas fé e submissão ao Deus que se revelou em aliança.

1.3. Adoração cristocêntrica: a mediação indispensável de Cristo

O Novo Testamento afirma que a adoração cristã é cristocêntrica. A adoração ao Pai é possível por meio do Filho e no poder do Espírito. A mediação de Cristo é indispensável: "há um só mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem" (1Tm 2.5). A reflexão teológica neotestamentária demonstra:

O ponto de partida para reflexão cristã sobre esse assunto parece ter sido a convicção de que Deus se manifestou completa e definitivamente na pessoa de seu Filho. Jesus Cristo está no centro do pensamento do Novo Testamento sobre adoração. Ele é o ponto de encontro definitivo entre céu e terra, bem como o meio decisivo de reconciliação entre Deus e a humanidade. [...] Portanto, é em Jesus e na comunidade que ele reúne para si que vemos a realidade completa para qual o templo apontava. (PETERSON, 2019, p. 247).

Culto cristão não é ritual herdado; é resposta ao evangelho da revelação em Cristo. Isso evita moralismo e emocionalismo vazio. A adoração bíblica é evangelho-centrada: Deus é glorificado em Cristo, e o povo responde com fé e obediência.

1.4. Adoração comunitária e escatológica: a igreja reunida

A adoração tem dimensão pessoal, mas não é individualista. O Novo Testamento regula a reunião pública: "faça-se tudo para edificação" (1Co 14.26) e "tudo seja feito com decência e ordem" (1Co 14.40). A Escritura ordena: "não deixemos de congregar-nos" (Hb 10.25). A teologia reformada reconhece:

As cenas no Apocalipse também nos ajudam a ver que a adoração comunitária é o que será preeminente em nossas vidas, não a adoração em sentido geral. Decerto, nossa vida em sua totalidade deve ser vivida como um ato de adoração (Rm 12.1-2), mas há algo de único

na adoração comunitária. A adoração comunitária – isto é, reunir-se regularmente com um corpo de crentes aos domingos para oferecer louvor a Deus – é um retrato do que ocorre no céu. [...] A tarefa número um da igreja é adorar a Deus, e precisamos fazer parte disso. (CRUSE, 2022, p. 60).

A adoração pública é resposta à Palavra, meio de edificação, expressão da identidade do povo remido e antecipação da adoração eterna.

1.5. Estrutura dialogal do culto: Deus chama, o povo responde

A natureza pactual da adoração implica que o culto possui estrutura dialogal: Deus fala, o povo responde. O "chamado à adoração" não é saudação humana, mas convocação divina pela Palavra:

Adoração é, de fato, um "chamado". No Chamado à Adoração, o dirigente exorta o povo de Deus a responder a uma revelação da natureza e das bênçãos divinas. Portanto, o texto deve chamar o povo a bradar, cantar, louvar, ajoelhar-se, abençoar, ou de alguma outra maneira, expressar sua adoração a Deus. (CHAPPELL, 2024, p. 212).

O chamado inicial desloca a congregação para a reverência, organizando o culto como resposta à Palavra. A liturgia reformada apresenta leituras responsivas, reforçando o caráter corporativo e a centralidade das Escrituras (CHAPPELL, 2024, p. 215). O "chamado à adoração" explicita que a igreja não "inventa" o culto, mas atende à autoridade do Senhor.

Sendo assim, a adoração bíblica é resposta ao Deus trino, fundamentada na criação, orientada pela revelação e estruturada pela aliança. A queda desviou o culto do Criador para a criatura (Rm 1.25), mas o evangelho restaura adoradores ao seu fim verdadeiro. A mediação de Cristo é indispensável: a adoração cristã é cristocêntrica. A adoração pública é expressão comunitária e escatológica do povo convocado pela Palavra. A igreja necessita de critérios bíblicos para discernir conteúdo e forma do culto público, para que sua adoração seja espiritualmente viva, teologicamente verdadeira, cristocêntrica e reverente. Essa necessidade conduz ao próximo capítulo: o Princípio Regulador do Culto.

CAPÍTULO 2 – O PRINCÍPIO REGULADOR DO CULTO: ORIGEM, FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES

Tendo estabelecido no capítulo anterior a natureza da adoração segundo as Escrituras, torna-se necessário examinar como essa compreensão bíblica se traduz em critérios práticos para o culto público. A pergunta que se impõe é: quem determina os elementos do culto congregacional? A tradição reformada batista responde por meio do Princípio Regulador do Culto.

Este capítulo apresenta um panorama da origem histórica, dos fundamentos bíblicos e das implicações práticas do Princípio Regulador do Culto. É fundamental reconhecer que a Bíblia não prescreve um modelo litúrgico específico, mas estabelece princípios sobre quem possui autoridade para determinar o conteúdo do culto. O argumento central é que esse princípio não é mera preferência litúrgica, mas decorrência da suficiência das Escrituras e da soberania de Deus.

2.1 Origem: a Reforma Protestante e o Princípio Regulador do Culto

A tradição reformada afirma o Princípio Regulador do Culto, segundo o qual Deus mesmo determina como deve ser adorado, e apenas o que Ele ordena nas Escrituras deve fazer parte do culto público. A Confissão de Fé Batista de 1689 expressa essa convicção:

O modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado por sua própria vontade revelada, que ele não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás, nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras. (CONFISSÃO DE FÉ BATISTA DE 1689, 2001, p. 83).

A Reforma Protestante resgatou esse princípio ao aplicar *sola Scriptura* ao culto público. Os reformadores perceberam que o culto medieval estava sobrecarregado de tradições humanas sem respaldo bíblico. João Calvino foi um dos principais defensores dessa perspectiva, ressaltando que toda prática de culto ensina algo sobre Deus.

João Calvino ressaltou que não há neutralidade naquilo que fazemos no culto de adoração. Ou os elementos de adoração nos ensinam sobre o Deus presente, ou então nos ensinam sobre um deus que recriamos à nossa imagem. Foi isso que levou Calvino a considerar a missa romana não apenas algo inferior, mas também idólatra em seu amago. (CRUSE, 2024, p. 97).

Esta perspectiva reformada entende que não existe adoração neutra: ou o culto expressa o Deus revelado nas Escrituras, ou reflete projeções humanas sobre a divindade.

2.2 Fundamentos: bases bíblicas do Princípio Regulador do Culto

A tradição reformada identifica o fundamento bíblico do Princípio Regulador do Culto no testemunho escriturístico sobre a santidade de Deus e Sua autoridade exclusiva. O Decálogo estabelece a exclusividade de Deus no primeiro mandamento e a regulação do modo de adorar no segundo. Êxodo 20.4-6 proíbe imagens e qualquer tentativa de representar Deus por meios não ordenados.

Nosso culto é bíblico porque cremos que Deus mesmo nos concedeu cada coisa que temos de fazer no culto público, e o segundo mandamento nos ensina que Deus deve ser adorado de acordo com sua Palavra. Positivamente, isto nos ensina que temos de adorar a Deus conforme sua Palavra. Portanto, em nossos cultos, não devemos acrescentar nada que Deus não tenha ordenado. (HYDE, 2012, p. 27-28).

Levítico 10 narra o relato sobre Nadabe e Abiú, que trouxeram fogo estranho perante a face do SENHOR, o que lhes não ordenara (Lv 10.1). O resultado foi morte imediata.

A razão para as diferentes respostas foi que Arão ofereceu como o Senhor ordenara, segundo o rito, enquanto Nadabe e Abiú ofereceram fogo estranho, isto é, um culto não ordenado e, por isso mesmo, proibido. (HYDE, 2012, p. 29).

Esta interpretação, embora debatida exegeticamente, é amplamente adotada pela tradição reformada para ilustrar a seriedade com que Deus considera a adoração conforme Sua vontade revelada. A compreensão reformada enfatiza que a sinceridade não valida a desobediência.

2.3 Implicações: distinção entre elementos e circunstâncias

O Princípio Regulador do Culto estabelece distinção fundamental entre elementos e circunstâncias.

Desse modo, entendemos a distinção entre elementos e circunstâncias que é comum nas análises reformadas do culto. Elementos são os aspectos do culto que a Escritura ordena. Circunstâncias são aquilo que precisamos fazer para que os elementos sejam cumpridos. (FRAME, 2013, p. 448-449).

Elementos são aquilo que a tradição reformada identifica como ordenado nas Escrituras: pregação da Palavra, oração, cântico de louvor, batismo, ceia do Senhor e ofertas. Circunstâncias são condições práticas: horário, ordem litúrgica, idioma. A igreja possui liberdade para organizar circunstâncias, mas não para inventar elementos.

A Bíblia não ordena que se reserve uma parte do culto para fazer avisos sobre atividades da igreja. Isso significa que o princípio regulador proíbe fazê-lo? De modo algum. Não devemos pensar nos avisos como elemento da reunião de adoração, e sim como circunstância da reunião. (CRUSE, 2024, p. 100).

A tradição reformada entende que o Princípio Regulador não restringe a liberdade cristã, mas a protege.

Os teólogos de Westminster também criam que o princípio regulador [...] é característico de questões de fé e culto. Observe o seguinte: Só Deus é senhor da consciência, e ele a deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que, em qualquer coisa, sejam contrários à sua palavra ou que, em matéria de fé ou de culto, estejam fora dela (CFW XX.2). Aqui distinguem entre dois princípios reguladores

diferentes: um para a vida humana em geral, outro para a fé e o culto. (FRAME, 2013, p. 448-449).

Quando uma igreja impõe práticas não ordenadas, ela escraviza consciências.

Em outros termos, uma vez que o princípio regulador protege a liberdade de consciência, ele reforça a natureza comunitária da reunião. Ele orienta os membros da igreja para que se relacionem em amor. Romanos 14 é um capítulo fundamental sobre abrir mão dos nossos direitos por amor a outros. O princípio regulador nos ajuda a replicar essa postura na reunião da igreja. (MERKER, 2022, p. 98).

2.4 O Princípio Regulador em perspectiva comparada

Para compreender adequadamente o Princípio Regulador, é necessário situá-lo em relação a outras abordagens protestantes. Duas perspectivas alternativas merecem atenção: o Princípio Normativo do Culto e a visão wesleyana.

O Princípio Normativo representa inversão histórica da lógica reformada.

Princípio Normativo, cristalizado pelo ministro anglicano Richard Hooker. À semelhança de Martinho Lutero, Hooker argumentou que, se uma prática não for proibida pelas Escrituras, qualquer igreja está livre para usá-la a fim de nortear sua vida e adoração corporativa. Em resumo, o Princípio Normativo permite qualquer coisa não proibida pelas Escrituras. (DEVER; ALEXANDER, 2015, p. 102).

Essa abordagem transfere a autoridade de Deus para o homem. Enquanto o Princípio Regulador pergunta "Deus ordenou isto?", o Princípio Normativo pergunta "Deus proibiu isto?". O silêncio das Escrituras é interpretado como permissão. A tradição reformada identifica problema teológico nessa presunção de neutralidade do coração humano.

A tradição wesleyana representa abordagem intermediária.

Para Wesley, a Bíblia era a principal fonte de doutrinas, a mais digna de crédito, mas, na forma tipicamente anglicana, ele também se valia da razão e da tradição cristã. Ele também recorria à experiência cristã

em seu labor teológico. O uso dessas fontes variadas levou o historiador metodista Albert Outler a criar o termo Quadrilátero Wesleyano, numa referência ao uso quádruplo que Wesley fazia das Escrituras, da razão, da tradição e da experiência. (SNYDER, 2017, p. 1049).

Embora as Escrituras sejam autoridade primária nessa perspectiva, razão, tradição e experiência também influenciam as práticas litúrgicas. O resultado é maior flexibilidade quanto aos elementos do culto.

Diante dessas alternativas, a tradição reformada batista defende o Princípio Regulador por razões bíblicas, teológicas e pastorais. Biblicamente, o segundo mandamento regula não apenas o objeto da adoração, mas também o modo de adorar. Teologicamente, o Princípio Regulador deriva da soberania de Deus e da suficiência das Escrituras. Pastoralmente, protege a igreja de legalismo e relativismo, estabelecendo critério objetivo: a Palavra de Deus.

Adoração perdura para sempre, diz John Piper em seu livro sobre missões, *Let the Nations Be Glad!* Ele escreve: As missões não são o propósito supremo da igreja. A adoração é. Quando esta era passar, e os incontáveis milhões de redimidos se prostrarem diante do trono de Deus, as missões já não existirão. São uma necessidade temporária. Mas a adoração perdura para sempre. (CRUSE, 2024, p. 63).

A tradição reformada considera prioritária a proteção da pureza da adoração, visto que ela é o fim último da redenção.

Este capítulo apresentou o Princípio Regulador do Culto em suas dimensões históricas, bíblicas e práticas. Demonstrou que a Reforma Protestante resgatou esse princípio como aplicação da suficiência das Escrituras ao culto público, reconhecendo que a Bíblia estabelece princípios sobre adoração aceitável. Explicou a distinção entre elementos e circunstâncias, mostrando como o Princípio Regulador protege a liberdade cristã. Comparou diferentes abordagens protestantes, demonstrando que a questão central é quem determina o conteúdo do culto: Deus ou o homem. Os próximos capítulos examinarão cada elemento do culto público conforme identificado pela tradição reformada batista.

CAPÍTULO 3 – A PREGAÇÃO EXPOSITIVA COMO ATO CENTRAL DE ADORAÇÃO

Tendo estabelecido que o Princípio Regulador do Culto determina os elementos ordenados por Deus para a adoração congregacional, torna-se necessário examinar o elemento mais central do culto cristão: a pregação da Palavra. Se o culto é o momento de encontro entre Deus e Seu povo, a pregação expositiva é o ápice desse encontro, pois é através dela que Deus fala diretamente ao Seu povo reunido. A tradição reformada identifica a pregação não apenas como método homilético, mas como ato central de adoração, demonstrando que ouvir e responder à Palavra pregada constitui um dos atos mais elevados de adoração verdadeira que a igreja pode oferecer a Deus. Embora o termo "pregação expositiva" seja formulação moderna, ausente nas Escrituras, a prática de explicar fielmente o texto bíblico possui fundamento tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, consolidando-se como marca distintiva do culto reformado.

3.1 Definindo pregação expositiva: mais que método, um compromisso com a Palavra

A pregação expositiva tem sido frequentemente reduzida a questões de técnica homilética ou estrutura retórica. Embora a Bíblia não use a expressão "pregação expositiva", ela estabelece princípios claros sobre como a Palavra de Deus deve ser proclamada. A tradição reformada desenvolveu uma abordagem que procura captar a essência desses princípios. "Pregação expositiva é pregação em que o ponto principal da passagem bíblica é o ponto principal do sermão" (MEYER, 2018, p. 260). Essa definição revela que a pregação expositiva é, fundamentalmente, um compromisso de deixar que o texto bíblico determine o conteúdo e o propósito do sermão.

A pregação expositiva não é apenas um comentário falado sobre determinada passagem da Bíblia. Antes, a pregação expositiva é aquela pregação que tem como alvo primordial do sermão aquela verdade bíblica salientada em uma passagem específica da Bíblia. (DEVER, 2018, p. 40).

Essa definição revela que a pregação expositiva é, fundamentalmente, um compromisso de deixar que o texto bíblico determine o conteúdo e o propósito do sermão. A pregação expositiva compromete-se com a explicação do texto da Escritura segundo seu significado histórico, contextual e interpretativo, transmitindo aos ouvintes contemporâneos a clara mensagem da Palavra de Deus com aplicação pertinente (LOPES, 2020, Gn 12.9). A pregação expositiva, portanto, não é simplesmente uma técnica de apresentação, mas uma postura teológica que reconhece a autoridade suprema das Escrituras e submete o pregador ao texto bíblico.

3.2 A pregação como meio de Deus falar

A tradição reformada compreende a pregação não apenas como discurso humano sobre Deus, mas como o próprio meio pelo qual Deus continua falando ao Seu povo. Essa perspectiva possui raízes profundas na história da teologia cristã. "Pregação é a Palavra de Deus que Ele próprio fala" (BARTH apud KIRST, 1984, p. 18). Essa afirmação revela a compreensão de que a pregação fiel não é simplesmente uma fala humana sobre Deus, mas o canal através do qual Deus fala diretamente ao Seu povo reunido.

"A pregação da Palavra não é mera transmissão de informações teológicas, mas o meio pelo qual Deus continua falando de forma direta e autoritativa ao Seu povo reunido". (BEEKE, 2012, p. 115).

Essa visão contrasta com abordagens que reduzem a pregação a palestras motivacionais ou reflexões morais. Historicamente, vale observar que Martinho Lutero, embora anterior ao desenvolvimento do método expositivo moderno, já enfatizava a centralidade da Palavra pregada no culto cristão, ainda que sua tradição também atribuísse peso significativo aos sacramentos. A tradição reformada batista, mantendo a ênfase na pregação, desenvolveu uma compreensão específica de como a Palavra proclamada relaciona-se com a adoração congregacional, tornando a pregação expositiva o momento em que Deus fala e o povo responde em fé e obediência.

3.3 O ponto principal da passagem

A pregação expositiva distingue-se por seu compromisso com a intenção do autor bíblico. Essa característica não é meramente técnica, mas teológica:

reflete a convicção de que Deus revelou Sua vontade através de autores humanos específicos, em contextos históricos determinados, com propósitos comunicativos claros.

O ponto principal da passagem deve ser o ponto principal do sermão. Isso significa que o pregador deve gastar tempo suficiente estudando o texto para descobrir qual é o ponto principal que o autor bíblico tinha em mente, e então fazer desse ponto o centro de sua mensagem. (MEYER, 2018, p. 256-257).

Esse compromisso com o ponto principal da passagem garante fidelidade tanto ao conteúdo quanto ao propósito do texto bíblico. O pregador não possui liberdade para impor ao texto suas próprias agendas, preferências temáticas ou construções teológicas. Antes, deve submeter-se ao que o texto de fato afirma e ao propósito para o qual foi originalmente escrito. A pregação expositiva "tem como alvo primordial do sermão aquela verdade bíblica salientada em uma passagem específica da Bíblia" (DEVER, 2018, p. 40). Essa submissão ao texto protege a igreja de manipulações retóricas e garante que o povo de Deus ouça a voz de Deus, não as opiniões do pregador. A pregação expositiva, portanto, não pode ser substituída, minimizada ou marginalizada sem prejuízo severo à adoração congregacional.

3.4 Pregação e necessidade pastoral

A pregação expositiva responde às necessidades pastorais do povo de Deus através da suficiência das Escrituras. A tradição reformada compreende que a Palavra de Deus não apenas contém verdades teológicas abstratas, mas fornece orientação prática, consolo espiritual, correção moral e direção para todas as questões de fé e vida.

A Palavra de Deus é suficiente para toda necessidade pastoral do povo de Deus. Não precisamos buscar fora das Escrituras recursos adicionais para ministrar ao rebanho. A pregação expositiva fiel e sistemática supre todas as necessidades espirituais da igreja. (BRAYNER, 2019, p. 35).

Essa perspectiva não ignora a complexidade das questões humanas, nem minimiza a dimensão afetiva e misteriosa da experiência espiritual. Reconhece,

contudo, que a exposição fiel e sequencial das Escrituras aborda, ao longo do tempo, todo o conselho de Deus. A pregação expositiva protege o povo de Deus tanto da negligência quanto da distorção da verdade bíblica, garantindo que recebam alimentação espiritual completa e equilibrada.

3.5 Pregação como adoração verdadeira: perspectiva reformada

A tradição reformada batista identifica a pregação expositiva não como preliminar da adoração, mas como adoração em ato.

A pregação expositiva não é preliminar da adoração, nem introdução ao culto, mas a própria adoração em ato. Quando Deus fala através da pregação fiel de Sua Palavra, e o povo responde em fé e obediência, acontece verdadeira adoração. (MEYER, 2018, p. 328).

Essa compreensão fundamenta-se na convicção de que adoração genuína envolve diálogo pactual: Deus fala, o povo ouve; Deus ordena, o povo obedece. A pregação expositiva é o canal da autoridade, presença e poder divinos. É através dela que Deus fala diretamente ao Seu povo reunido, tornando a pregação o momento em que o diálogo pactual entre Deus e Seu povo acontece de forma mais intensa (DEVER, 2018, p. 43).

É importante reconhecer, contudo, que outras tradições cristãs históricas articulam essa dinâmica de forma diferente. Enquanto a tradição reformada batista identifica a pregação como ápice do culto, tradições litúrgicas como a católica romana, a ortodoxa oriental e mesmo segmentos da tradição anglicana e luterana consideram a Eucaristia (Ceia do Senhor) o momento central da adoração. Essa diferença não é meramente litúrgica, mas reflete compreensões teológicas distintas sobre como Deus se faz presente e comunica Sua graça ao povo reunido. Diante dessas perspectivas, a tradição reformada batista defende que a centralidade da pregação expositiva honra o princípio da suficiência e clareza das Escrituras, garantindo que a voz de Deus, e não tradições humanas, determine o conteúdo e o caráter da adoração congregacional.

A pregação expositiva da Palavra, conforme apresentada pela tradição reformada, constitui o ato central de adoração porque é o momento em que Deus fala e o povo responde em fé e obediência. Ela não apenas transmite

informações sobre Deus, mas torna presente a voz de Deus, convocando respostas de adoração verdadeira. Os próximos capítulos examinarão os demais elementos do culto reformado, demonstrando como cada um contribui para a adoração que glorifica a Deus conforme Sua Palavra revelada.

CAPÍTULO 4 A ORAÇÃO COMO EXPRESSÃO DE ADORAÇÃO E SUBMISSÃO

A oração constitui elemento central e indispensável do culto cristão. Ela não se limita à petição ou à apresentação de necessidades; é, fundamentalmente, ato de adoração, confissão, dependência de Deus e submissão à Sua vontade. Este capítulo examina a oração como elemento essencial de adoração pública, à luz do Princípio Regulador do Culto, analisando seus fundamentos bíblicos, sua natureza teológica e os princípios práticos para sua realização.

A tese central é que a oração pública, quando realizada conforme as Escrituras, expressa a dependência absoluta da igreja em relação a Deus, media o acesso ao Pai por meio de Cristo no poder do Espírito, e edifica o corpo ao conduzir a congregação à reverência, gratidão e submissão. Portanto, a oração não é acessório devocional, mas componente estruturante do culto público cristão, ordenado pela Palavra de Deus segundo o Princípio Regulador do Culto.

4.1 O que é oração? Definição teológica

Antes de examinar a oração no culto público, é necessário defini-la teologicamente. A tradição cristã, desde a patrística até a Reforma, compreendeu a oração como meio primário de comunhão com Deus. Agostinho de Hipona, em sua carta a Proba, ofereceu definição clássica que permanece referencial: "A oração é a elevação da alma a Deus, ou o pedido a Deus de coisas convenientes" (AGOSTINHO, 2002, p. 87). Calvino consolidou a perspectiva reformada, definindo a oração como "o principal exercício da fé, pelo qual recebemos diariamente os benefícios de Deus" (CALVINO, 1989, 3.20.1).

A oração é o oferecimento de nossos desejos a Deus para coisas agradáveis à sua vontade, em nome de Cristo, pelo auxílio do Espírito Santo, junto com a confissão de nossos pecados e o reconhecimento grato de suas misericórdias. O conceito bíblico de oração é baseado na natureza de Deus e do homem. Pressupõe a ideia de que Deus é pessoal, e que, conseqüentemente, pensa e quer; e que o homem à imagem de Deus reflete essa mesma capacidade. (SMITH, 2007, p. 423).

A oração é um fenômeno comum, mas misterioso. Amplamente reconhecida como uma linguagem universal e espiritual, a oração é algo que todas as pessoas compreendem intuitivamente, um ato comum que todos praticam. É universal por servir como expressão do que somos como seres humanos, cultivada por adeptos de praticamente todos os grupos religiosos conhecidos, cristãos ou não. É espiritual porque permite que nós, seres espirituais, nos liguemos a um ser espiritual superior. Para os cristãos, esse ser a quem dirigimos nossas orações é identificado como o único Deus verdadeiro que se manifestou na pessoa de Jesus Cristo no poder do Espírito Santo. (HERNANDEZ, 2017, p. 570).

Portanto, a oração no culto público não é performance emocional ou ritual vazio, mas resposta reverente ao Deus que se revelou nas Escrituras e que convoca Seu povo à comunhão pactual.

4.2 Fundamentos bíblicos da oração no culto corporativo

A oração permeia toda a Escritura como meio primário de comunhão entre Deus e Seu povo, especialmente no contexto congregacional. No Antigo Testamento, ela aparece de forma destacada na adoração pública. Abraão intercede por Sodoma (Gn 18.22-33), Moisés intercede por Israel após o pecado do bezerro de ouro (Êx 32.11-14), e os Salmos fornecem linguagem litúrgica para a oração no culto, combinando louvor, lamento, confissão e súplica. O templo é chamado "casa de oração para todos os povos" (Is 56.7), indicando que a oração é aspecto central da adoração pública. Neemias 9 registra extensa oração corporativa que combina recitação da história redentiva, confissão de pecados e renovação da aliança, servindo como modelo de oração pública teologicamente densa e pastoralmente edificante.

No Novo Testamento, Jesus modela vida de oração constante e ensina seus discípulos a orar (Lc 11.1-4).

Orações bíblicas incluem louvor, adoração, ações de graça, confissão de pecados e petições. São expressões individuais e corporativas da comunidade da aliança. Jesus ensinou que os crentes em Cristo deveriam se aproximar de Deus reconhecendo-o como o Pai Celeste. Ele advertiu contra o mero formalismo na oração (Mt 6.5-8) e enfatizou

a espiritualidade da verdadeira oração como expressão da fé pessoal (Mc 11.20-24). (SMITH, 2007, p. 423).

O Pai Nosso (Mt 6.9-13) torna-se não apenas oração-modelo, mas estrutura teológica para toda oração cristã: adoração, submissão, dependência, confissão e proteção. A igreja primitiva dedicava-se "à doutrina dos apóstolos, à comunhão, ao partir do pão e às orações" (At 2.42), evidenciando que a oração ocupava lugar central na vida congregacional desde o início. Paulo ordena: "orai sem cessar" (1Ts 5.17) e instrui: "Antes de tudo, pois, exorto que se use a prática de súplicas, orações, intercessões, ações de graças, em favor de todos os homens" (1Tm 2.1). Portanto, a oração pública não é opção litúrgica, mas mandamento apostólico. Sua presença no culto não decorre de tradição eclesiástica, mas de prescrição bíblica direta, conforme o Princípio Regulador do Culto.

4.3 A natureza teológica da oração: acesso trinitário e modelo do Pai Nosso

A oração cristã não é mero monólogo religioso; ela é ato profundamente trinitário. O crente ora ao Pai, por meio do Filho, no poder do Espírito Santo. Paulo ensina: "por ele [Cristo], ambos temos acesso ao Pai em um Espírito" (Ef 2.18). Sem Cristo, o acesso a Deus está bloqueado pelo pecado. A mediação de Cristo é indispensável: "há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem" (1Tm 2.5). Jesus mesmo instrui: "tudo quanto pedirdes em meu nome, isso farei, a fim de que o Pai seja glorificado no Filho" (Jo 14.13). Orar "em nome de Jesus" não é fórmula mágica, mas reconhecimento de que todo acesso a Deus se fundamenta na obra redentora de Cristo.

O Espírito Santo também atua na oração. Paulo ensina: "também o Espírito, semelhantemente, nos assiste em nossa fraqueza; porque não sabemos orar como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis" (Rm 8.26). A oração não é esforço humano isolado, mas participação na obra do Espírito que habita na igreja. Essa estrutura trinitária tem implicações práticas: a oração não manipula Deus, mas depende de Sua graça; não é performance humana, mas resposta ao Espírito; não busca méritos próprios, mas confia na mediação de Cristo.

O Pai Nosso (Mt 6.9-13) fornece estrutura teológica essencial para compreender a oração no culto público. A oração começa com adoração: "Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome" (Mt 6.9). O primeiro movimento não é apresentar necessidades, mas reconhecer a santidade de Deus. Em seguida, vem a submissão: "venha o teu reino; faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu" (Mt 6.10). A oração verdadeira submete-se ao propósito divino, desejando que Deus reine. Depois, há dependência: "o pão nosso de cada dia dá-nos hoje" (Mt 6.11). A oração reconhece que todas as necessidades dependem da provisão divina. Segue-se a confissão: "e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores" (Mt 6.12). Por fim, há súplica por proteção: "e não nos deixes cair em tentação; mas livra-nos do mal" (Mt 6.13a). A doxologia final reconhece a soberania e a glória de Deus. Esse modelo ensina que a oração se conforma à vontade revelada de Deus, busca Sua glória e expressa dependência humilde.

4.4 Oração no culto público: características e funções

A oração pública possui características específicas que a distinguem da oração privada. Enquanto a oração pessoal pode ser espontânea e informal, a oração no culto público deve considerar a edificação da congregação, obedecendo ao Princípio Regulador do Culto.

Não oramos para que Deus descubra as nossas necessidades, pois diz-nos Jesus: "... Deus o vosso Pai, sabe o de que tendes necessidade, antes lho pedirdes" (Mt 6.8). Deus quer que oremos porque a oração exprime a nossa confiança em Deus, e é um meio pelo qual nossa confiança nele pode crescer. De fato, talvez a principal ênfase da doutrina bíblica da oração é que devemos orar com fé, o que significa confiar em Deus ou dele depender. (GRUDEM, 1999, p. 305).

Essa dimensão exige que a oração pública seja inteligível, edificante e abrangente, representando as necessidades e o louvor de todo o corpo reunido. A oração no culto público serve a múltiplas funções: louvor, ação de graças, confissão de pecados, súplica, intercessão e petição pela obra do reino.

Quando pedimos, Deus atende. Percebemos esse fato muitas vezes no Antigo Testamento. O Senhor declarou suplicar ao Senhor: "Porém

Moisés suplicou ao Senhor, seu Deus, e disse: [...] SENHOR [...] Torna-te do furor da tua ira e arrepende-te deste mal contra o teu povo" (Ex 32.11-12). [...] Se e quando orando seu povo claramente ateiam o modo como Deus age. (GRUDEM, 1999, p. 306).

A história da Igreja de Jesus Cristo na terra tem sido, em grande parte, uma história de avivamentos. [...] Ao estudar a história dos avivamentos, você descobrirá que todo avivamento genuíno na Igreja foi fruto da oração. Houve reavivamentos que ocorreram sem muita pregação e outros que não contaram com nenhuma organização, mas nunca houve um reavivamento poderoso sem oração poderosa. (TORREY, 2024, p. 50).

4.5 Princípios práticos para a oração pública

Com base nos fundamentos apresentados, é possível estabelecer princípios práticos para a oração no culto público, em conformidade com o Princípio Regulador do Culto. Primeiro, a oração pública deve ser marcada por reverência, refletindo o santo temor diante de Deus (Hb 12.28), com seriedade espiritual. Segundo, deve haver inteligibilidade: a oração deve ser compreensível para toda a congregação (1Co 14.9,16), com clareza e objetividade, permitindo que todos participem conscientemente do ato de adoração. Paulo enfatiza: "No caso da língua, se não forem inteligíveis, como saberão o que é falado? Pois estarão falando ao vento" (1Co 14.9).

Terceiro, a oração deve ter conteúdo bíblico, refletindo as verdades e prioridades das Escrituras, evitando teologia duvidosa. Quarto, a oração deve promover edificação, conduzindo a congregação à adoração, confissão, súplica e ação de graças (1Co 14.26). Quinto, deve-se evitar ostentação: Jesus adverte contra orações feitas para serem vistas pelos homens (Mt 6.5-6). A oração pública não é performance. Sexto, deve-se evitar vãs repetições: Jesus condena o verbalismo vazio (Mt 6.7). Oração pública não é medida por duração, mas por sinceridade. Sétimo, toda oração pública deve expressar cristocentrismo, sendo oferecida em nome de Jesus Cristo, reconhecendo Sua mediação (Jo 14.13; 1Tm 2.5).

Esses princípios orientam a prática sem engessá-la, permitindo variedade dentro de parâmetros bíblicos. A oração pública não é mero ritual, mas elemento

vital do culto cristão, ordenado por Deus e praticado fielmente pela igreja ao longo da história.

CAPÍTULO 5 O LOUVOR CONGREGACIONAL E A ADORAÇÃO POR MEIO DO CÂNTICO

Tendo examinado nos capítulos anteriores os fundamentos da adoração bíblica, o Princípio Regulador do Culto, a pregação expositiva e a oração, torna-se necessário analisar outro elemento essencial do culto público: o cântico congregacional. Se o culto é o encontro entre Deus e Seu povo, e a pregação é o momento em que Deus fala ao Seu povo, o cântico congregacional é o momento em que o povo responde a Deus em adoração, ensino mútuo e edificação.

O cântico congregacional não é mero prelúdio emocional ou entretenimento religioso, mas elemento ordenado por Deus nas Escrituras para a edificação da igreja, a proclamação da verdade e a glorificação do Seu nome. Portanto, o cântico congregacional deve ser regulado pela Palavra de Deus, marcado pela participação ativa de toda a assembleia, fundamentado em conteúdo doutrinário sólido e direcionado à glória de Cristo.

5.1 Fundamento bíblico do cântico congregacional

O mandamento bíblico para o canto congregacional é claro e direto. Paulo instrui os efésios: "enchei-vos do Espírito, falando entre vós com salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando e louvando de coração ao Senhor" (Ef 5.18-19). Aos colossenses, ele escreve: "A palavra de Cristo habite ricamente em vós, em toda a sabedoria; ensinais e aconselhai uns aos outros com salmos, hinos e cânticos espirituais, louvando a Deus com gratidão no coração" (Cl 3.16).

Essas passagens revelam verdades fundamentais sobre o cântico cristão. Primeiro, cantar é resposta ao enchimento do Espírito Santo, não produto de habilidade musical ou performance humana. Segundo, o cântico tem função ministerial: ensinar e admoestar uns aos outros. Terceiro, o conteúdo dos cânticos deve estar enraizado na "palavra de Cristo", isto é, no evangelho e nas verdades bíblicas.

É importante observar que essas duas passagens neotestamentárias trazem em si a própria pregação — expressa pela instrução, aconselhamento e edificação mútua — que se manifesta também por meio dos Salmos (saltério

judaico, livro dos Salmos), Hinos (composições dos próprios irmãos) e cânticos espirituais.

O ministério de oração ou de louvor dirigido a Deus e a ideia de edificação estão intimamente associados no Novo Testamento. Até mesmo "salmos, hinos e cânticos espirituais", que são expressão de fé e de gratidão a Deus, devem ser entendidos simultaneamente como meios de ensino e de mútua admoestação. (PETERSON, 1992, p. 221).

Portanto, o cântico congregacional não é simplesmente expressão vertical de louvor a Deus, mas também ministério horizontal de edificação mútua. Quando a igreja canta verdades bíblicas, ela está ensinando, admoestando e edificando o corpo de Cristo.

5.2 O cântico congregacional na tradição reformada

A Reforma Protestante não apenas recuperou a autoridade das Escrituras e a justificação pela fé, mas também restaurou o cântico congregacional como elemento central do culto cristão. João Calvino foi um dos maiores defensores dessa prática, elaborando um hinário (1539) cujo título trazia explicitamente "Alguns salmos e cânticos adaptados para o canto" (FONTES; ALMEIDA, 2020, p. 157).

Calvino compreendia que o cântico congregacional deveria ser acessível, participativo e teologicamente rico. Ele rejeitava tanto a complexidade musical que impedia a participação do povo quanto a frivolidade que desviava o foco da adoração a Deus. Comentando Colossenses 3.16:

[...] incluem todos os tipos de cânticos. Eles são comumente distinguidos desta maneira: salmo é aquele em que, ao ser entoado, se faz uso de algum instrumento musical juntamente com a língua; hino é propriamente um cântico de louvor, seja entoado simplesmente com a voz ou de outra forma; enquanto que uma ode não contém meros louvores, mas também exortações e outras matérias. No entanto, ele quer que os cânticos dos cristãos sejam espirituais, não formados de frivolidades e palavreados sem valor. (CALVINO, 2010, p. 93).

Essa compreensão moldou a tradição reformada: os cânticos devem ser espirituais, inspirados pelo Espírito e enraizados nas Escrituras, não meramente emocionais ou culturais.

5.3 Que cânticos as igrejas devem cantar?

Se o cântico congregacional é elemento ordenado por Deus no culto público, surge a questão prática: que cânticos devem ser cantados? A resposta bíblica é clara: devemos cantar verdades bíblicas. Paulo instrui: "A palavra de Cristo habite ricamente em vós [...] ensinais e aconselhai uns aos outros com salmos, hinos e cânticos espirituais" (Cl 3.16).

Devemos cantar também outros conteúdos que glorifiquem a Deus, embora não esteja claro se há uma distinção rígida entre "hinos" e "cânticos espirituais". O termo grego *hymnos* se refere simplesmente a um cântico religioso. "Cânticos espirituais" parecem se referir a cânticos que expressam o que o Espírito Santo inspirou na Escritura ou que fazem uma reflexão a esse respeito. O que Paulo tem em mente é que devemos cantar cânticos variados, que resumam e celebrem, todos eles, a "palavra de Cristo", isto é, a mensagem do evangelho. (MERKER, 2022, p. 153).

O critério fundamental não é o estilo musical, mas o conteúdo teológico. "O cântico congregacional funciona como credos devocionais, dando linguagem e oportunidade para encorajar uns aos outros na Palavra" (DEVER; ALEXANDER, 2015, p. 147). Os líderes da igreja têm responsabilidade pastoral na escolha dos cânticos, pois "os hinos são extensão do ministério de ensino dos presbíteros" (MERKER, 2022, p. 154).

5.4 O princípio da participação congregacional

Um dos princípios mais importantes do cântico congregacional reformado é a participação ativa de toda a assembleia.

Também é interessante observar que não temos nenhum exemplo de coros de igreja no Novo Testamento — a Bíblia nunca apresenta os crentes do Novo Testamento realizando uma adoração musical em que alguns crentes representavam os demais, por meio do canto realizado

por uma pessoa ou um grupo. Pelo contrário, a adoração por meio da música é participativa — toda a igreja participa corporativamente da adoração a Deus, com um só coração e voz. (DEVER; ALEXANDER, 2015, p. 147).

"Qualquer música que dificulte a participação congregacional e afaste o foco das vozes da assembleia coletiva é antibíblica" (JOHNSON, 2020, p. 254). Por essa razão, "uma igreja pode adorar sem uma banda, mas não pode adorar sem o canto das vozes da congregação" (JOHNSON, 2020, p. 254). Assim, "os músicos e vocalistas principais devem ajudar a congregação a se envolver no louvor. Eles estão lá para ajudar, não para predominar" (JOHNSON, 2020, p. 254).

O cântico congregacional também é ato de amor ao próximo. Paulo instrui: "enchei-vos do Espírito, falando entre vós com salmos, hinos e cânticos espirituais" (Ef 5.18-19). Embora Deus seja a primeira plateia do nosso canto, o texto ressalta que há uma plateia secundária: o próximo.

O membro da igreja que sofre perseguição de sua família terrena precisa ouvir seus irmãos e irmãs espirituais cantar: "Jesus, tomei minha cruz, tudo deixei para te seguir". O cristão sobrecarregado pela vergonha precisa nos ouvir cantar: "Meu pecado, não em parte, mas todo ele, foi pregado na cruz, já não o carrego mais!" Nosso coração cansado quer ouvir o evangelho reverberar de forma vibrante à nossa volta. (MERKER, 2022, p. 152).

Quando cantamos juntos, ministramos uns aos outros, encorajando os fracos e consolando os aflitos.

5.5 Conteúdo versus estilo: qual é a prioridade?

A tradição reformada reconhece que a Escritura não prescreve um estilo musical específico. "O Novo Testamento não ordena o uso de nenhum instrumento musical específico, e os cristãos têm liberdade para tocá-los" (MERKER, 2022, p. 153). A questão central não é o estilo musical, mas o conteúdo teológico e a participação congregacional. As músicas devem "complementar o tema das leituras da Escritura e do sermão no culto" (MERKER, 2022, p. 154).

Quanto ao aspecto emocional:

Devemos também cantar hinos cuja beleza comova o coração. Cantar verdades profundas não impede que expressemos emoção sincera diante de Deus. Nosso coração é frágil e decaído, por isso não há por que esperar um regozijo elevado toda semana durante o canto congregacional. Contudo, se nosso canto jamais nos leva à alegria transcendente no Salvador, seria bom nos preocuparmos com nossa condição espiritual. (MERKER, 2022, p. 155).

Essa perspectiva reconhece que o sagrado nos emociona legitimamente. Somos seres tanto racionais quanto emocionais, e o culto cristão não elimina a dimensão afetiva, mas a submete à verdade bíblica.

No entanto, a beleza do cântico pode nos preparar uma cilada. Corremos o risco de sentirmos a "formosura da música" e não do "rei do universo". De fato, a relação que estabelecemos com a música é imediata e irracional (quando ela toca as cordas do nosso coração), pois o clima é, corretamente, emocional [...] O risco, entretanto, é que percamos a dimensão funcional de oferta. Se isso acontece em nosso coração, trocamos a graça da transformação por um momento de emoção. (AMORESE, 2004, p. 107).

O cântico congregacional verdadeiro une beleza e verdade, emoção e doutrina, participação e reverência. O louvor congregacional por meio do cântico é elemento essencial do culto cristão, ordenado pelas Escrituras e praticado pela igreja desde os tempos apostólicos. A tradição reformada recuperou o cântico congregacional como elemento central da adoração pública, enfatizando conteúdo bíblico, participação de todo o povo e reverência diante de Deus. O princípio da participação congregacional exige que toda a assembleia cante, reconhecendo que o conteúdo dos cânticos é mais importante que o estilo musical: devemos cantar verdades bíblicas que glorifiquem a Cristo, ensinem a igreja e edifiquem o corpo, preparando-nos para a adoração eterna no céu.

CAPÍTULO 6 – AS ORDENANÇAS COMO ATOS DE ADORAÇÃO

Tendo examinado nos capítulos anteriores os fundamentos da adoração bíblica, o Princípio Regulador do Culto, a pregação expositiva, a oração e o cântico congregacional, torna-se necessário analisar outro elemento presente no culto cristão histórico: as ordenanças do batismo e da Ceia do Senhor. Essas práticas, instituídas por Jesus Cristo conforme registrado nos evangelhos, têm ocupado lugar significativo na adoração da igreja desde os primeiros séculos.

A perspectiva batista reformada reconhece essas práticas como ordenanças, termo que enfatiza seu caráter de mandamento explícito de Cristo. Esta abordagem se diferencia da compreensão sacramental que atribui às práticas eficácia automática independente da fé dos participantes. Neste capítulo, examina-se como o batismo e a Ceia do Senhor têm sido compreendidos na tradição reformada, seus fundamentos bíblicos e suas funções no contexto do culto cristão.

6.1 As ordenanças na teologia reformada

A teologia reformada histórica desenvolveu uma compreensão específica sobre os meios pelos quais Deus se relaciona com Seu povo. Nessa perspectiva, a pregação da Palavra constitui o principal meio de graça, mas não o único. As ordenanças do batismo e da Ceia do Senhor também são reconhecidas como canais pelos quais ocorre comunicação espiritual, desde que recebidas com fé.

O batismo e a Ceia do Senhor são ordenanças instituídas por Cristo. Foram designados para significar e instruir; selar, e assim confirmar e fortalecer; e comunicar ou aplicar, e assim santificar os que pela fé os recebem. (HODGE, 2001, p. 1382).

Essa formulação identifica três funções: as ordenanças representam verdades do evangelho de forma visível, funcionam como confirmação das promessas divinas e servem como meios de fortalecimento espiritual para aqueles que participam com fé genuína.

A Confissão de Fé Batista de Londres de 1689 articula essa relação entre ordenanças e graça:

A graça que se exhibe nos ou pelos sacramentos, quando devidamente usados, não é conferida por qualquer poder neles mesmos, mas da obra do Espírito Santo e da palavra da instituição, que contém, juntamente com um preceito que autoriza o uso deles, uma promessa de benefício para os que dignamente os recebem. (CONFISSÃO DE FÉ BATISTA DE LONDRES DE 1689, Cap. 28).

Essa compreensão busca equilibrar duas posições extremas: o sacramentalismo que atribui poder automático às práticas rituais e o memorialismo que as reduz a símbolos vazios sem significado espiritual objetivo.

6.2 O batismo na perspectiva reformada batista

O batismo cristão é identificado como ordenança de iniciação na comunidade da nova aliança, baseado no mandamento registrado em Mateus 28.19. Na interpretação reformada batista, o significado central do batismo reside na representação da união do crente com Cristo em Sua morte e ressurreição.

O batismo é uma ordenança do Novo Testamento, ordenada por Jesus Cristo, para ser um sinal para a pessoa batizada de sua comunhão com Ele em sua morte e ressurreição; de sua união com Ele; da remissão dos pecados; e de sua entrega a Deus por meio de Jesus Cristo para viver e andar em novidade de vida. (SCHREINER, 2024, p. 109).

A prática da imersão completa é interpretada como representação visual da narrativa do evangelho: a descida às águas simboliza a morte, a imersão representa o sepultamento, e a emersão proclama a ressurreição. Essa compreensão se baseia principalmente em Romanos 6.3-5 e Colossenses 2.12.

A tradição batista enfatiza que o batismo deve ser precedido por arrependimento e fé, conforme os exemplos registrados em Atos 2.38-41 e 8.12-13. "O batismo invariavelmente ocorre logo depois da conversão e fé em Jesus Cristo. Aqueles que são batizados são novas pessoas. Agora pertencem a Jesus Cristo e são membros do povo de Deus" (SCHREINER, 2024, p. 107). Essa sequência é considerada essencial para manter a coerência teológica da ordenança como testemunho público de conversão.

6.3 A Ceia do Senhor: memorial e renovação

A Ceia do Senhor é identificada como ordenança de manutenção da comunidade cristã, instituída por Jesus na noite anterior à crucificação. O mandamento registrado em Lucas 22.19 estabelece a prática como permanente até o retorno de Cristo.

A Ceia do Senhor é o sinal regular do evangelho. Tal como acontece com o batismo, o evangelho é a rubrica principal por meio da qual devemos interpretar o significado da Ceia. A Ceia proclama a morte de Jesus pelos pecadores. (SCHREINER, 2024, p. 147).

A instrução paulina registrada em 1 Coríntios 11.26 estabelece que a participação proclama a morte do Senhor até Sua vinda. Os elementos utilizados — pão e vinho — são interpretados como representações do corpo e sangue de Cristo.

A dimensão pactual da Ceia é identificada nas palavras de Cristo registradas em Lucas 22.20. "A Ceia evoca a promessa da nova aliança descrita em Jeremias 31.31-34, onde Yahweh prometeu estabelecer uma nova aliança com seu povo e escrever sua lei em seus corações. A nova aliança foi inaugurada pela morte de Jesus" (SCHREINER, 2024, p. 151). Cada celebração é interpretada como renovação dessa aliança.

A ceia do Senhor, porém, mais que um símbolo, é também um selo daquilo que significa, e uma promessa de sua realização. Cristo está espiritualmente presente na ceia. Ele se comunica aos crentes, não num sentido físico, mas num sentido espiritual. (BERKHOF, 2018, p. 213-214).

Essa formulação se diferencia tanto da presença física defendida pelo catolicismo quanto do memorialismo puro, propondo uma presença espiritual mediada pelo Espírito Santo.

6.4 Dimensões comunitária e escatológica

As ordenanças são compreendidas como práticas essencialmente comunitárias, não individualistas. A passagem de 1 Coríntios 10.17 é interpretada como indicação de que a participação comum simboliza e confirma a unidade do corpo de Cristo.

Paulo instrui sobre autoexame em 1 Coríntios 11.27-28, o que tem sido interpretado como exigência de reconciliação antes da participação. A prática de examinar a própria vida antes de comungar tornou-se característica das igrejas reformadas.

A orientação escatológica também é identificada. As palavras de Jesus registradas em Marcos 14.25 são interpretadas como indicação de que cada celebração antecipa a consumação futura do reino. Essa dimensão conecta a prática presente com a esperança escatológica.

6.5 As ordenanças e a autoridade bíblica

Na perspectiva reformada, as ordenanças ocupam lugar legítimo no culto porque atendem ao critério de autoridade Bíblica. "O batismo e a Ceia do Senhor são ordenanças de instituição positiva e soberana, designadas pelo Senhor Jesus, o único Legislador, para serem observadas em sua igreja até o fim do mundo" (RENIHAN, 2025, p. 698).

O registro de Atos 2.41-42 demonstra que a igreja primitiva praticava ambas as ordenanças desde o Pentecostes, o que é interpretado como evidência de seu caráter fundamental para o culto cristão.

Nesta ordenança, Cristo não é oferecido ao seu Pai, nem é feito qualquer sacrifício real pelos pecados dos vivos ou dos mortos, mas apenas um memorial daquela única oferta de si mesmo, por si mesmo, na cruz, de uma vez por todas, e uma oferta espiritual de todo o louvor possível a Deus por essa oferta. (CONFISSÃO DE FÉ BATISTA DE LONDRES DE 1689, Cap. 30).

Essa formulação enfatiza o caráter memorial e celebrativo da ordenança, rejeitando a ideia de repetição do sacrifício. As ordenanças do batismo e da Ceia do Senhor constituem elementos significativos do culto cristão conforme praticado na tradição reformada batista. São compreendidas como meios pelos quais ocorre fortalecimento espiritual quando recebidas com fé, proclamam o

evangelho de forma visível e tangível, e renovam a relação pactual entre Deus e Seu povo. O batismo marca a entrada na comunidade da nova aliança, enquanto a Ceia nutre continuamente os participantes através da lembrança do sacrifício de Cristo. Ambas as práticas têm sido preservadas na tradição reformada por atenderem ao critério de autoridade Bíblica.

CAPÍTULO 7 DÍZIMOS E OFERTAS: ADORAÇÃO POR MEIO DA GENEROSIDADE

A questão da contribuição financeira nas igrejas evangélicas contemporâneas tem gerado debates acalorados e posicionamentos extremos. De um lado, a teologia da prosperidade condiciona as bênçãos de Deus à entrega do dízimo, gerando indignação legítima. De outro, muitos cristãos consideram erroneamente que o dízimo pertencia exclusivamente ao sistema levítico e foi abolido em Cristo. Entretanto, é impossível deixar de constatar que os crentes, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento, são chamados a contribuir regular, sistemática, proporcional e voluntariamente para a obra de Deus, como expressão de adoração e gratidão (LOPES, 2021, p. 86). Este capítulo examina os dízimos e ofertas como elementos de adoração cristã conforme compreendidos na tradição reformada batista.

7.1 Fundamentos bíblicos das ofertas como adoração

A primeira menção de ofertas na Escritura ocorre quando Caim e Abel trouxeram suas ofertas ao Senhor (Gn 4.3-5). Este episódio inaugural estabelece que o ato de ofertar não é transação comercial, mas parte essencial do culto verdadeiro. O texto bíblico revela que Deus aceitou Abel e sua oferta, mas rejeitou Caim e sua oferta, demonstrando que a motivação do coração é determinante. A fé de Abel o levou a agir corretamente (Hb 11.4).

A apresentação das várias ofertas e sacrifícios, com os hinos e as orações de arrependimento e gratidão, contribuíam para lembrar ao povo o Deus que lhe era invisível, e para ajudá-lo a não se tornar escravo das coisas que via e com que lidava diariamente. Fazendo ofertas, apresentando seus dízimos, o povo sentia melhor a presença de Deus e o fato de ser povo seu (NASCIMENTO, 2011, p. 140-141).

“No conceito bíblico, somos mordomos de Deus, administradores dos bens do Senhor (1Pe 4.10). O ser humano não dá nada para Deus que não seja dele desde o princípio. Devolvemos a Ele aquilo que já lhe pertence” (CARRIKER, 2001, p. 68-69).

7.2 Dízimo e nova aliança: continuidade e cumprimento

A prática do dízimo antecede a lei mosaica. Abraão entregou o dízimo de tudo a Melquisedeque, sacerdote do Deus Altíssimo (Gn 14.18-20), como ato de adoração. Jacó prometeu dar a Deus o dízimo de tudo que viesse a possuir (Gn 28.22). Estes exemplos demonstram que o dízimo não se originou com a lei cerimonial de Moisés, mas era prática de adoração dos patriarcas.

Os primeiros cristãos praticavam o dízimo. Uma leitura mais atenta do Novo Testamento mostra que os primeiros cristãos — judeus convertidos a Jesus Cristo — mantiveram muitos dos costumes judaicos, como a ida ao templo em determinadas horas do dia, para orar (At 3.1), as reuniões no templo (At 2.46; 5.20–21; 5.42), a prática de votos (At 21.20,23–24) e a integração das crianças, pelo batismo, ao povo de Deus (At 2.38,39; 16.15; 16.33; 1Co 1.16) (LOPES, 2021, p. 93).

Enquanto os apóstolos foram claros em abolir práticas cerimoniais cumpridas em Cristo, nenhum ensino apostólico proíbe o dízimo. Jesus, em Mateus 23.23, afirma que os fariseus deveriam praticar justiça, misericórdia e fé "sem descuidar" do dízimo.

Ao dizer que o dízimo encontra um cumprimento no Novo Testamento, é importante esclarecer que cumprimento não é menos, mas é mais. Jesus disse que veio para cumprir a lei, não para aboli-la (Mt 5.17–20). É semelhante com o dízimo. É mais, não menos (CARRIKER, 2001, p. 75-76).

Assim como Jesus intensificou a lei moral no Sermão do Monte, a prática do dízimo encontra seu cumprimento na disposição de todos os nossos bens para o avanço do reino de Deus.

7.3 Ofertas como expressão de gratidão pelo evangelho

A motivação correta para a contribuição cristã não é obrigação legal ou busca por recompensas materiais, mas gratidão pela obra redentora de Cristo.

Não se trata de lei, mas de graça. Aprendemos no Novo Testamento que devemos contribuir generosa, proporcional, constante e regularmente para suprir as necessidades dos pobres (2Co 8–9). Entregamos o dízimo não como obrigação legal, nem para obtenção de bênçãos de Deus ou por medo do castigo divino, mas sim como expressão de nossa gratidão ao Senhor e como meio de contribuir para o avanço de seu reino neste mundo (LOPES, 2021, p. 96-97).

Paulo fundamenta a generosidade cristã na generosidade de Cristo. Em 2 Coríntios 8.9, declara: "Conheceis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, se fez pobre por amor de vós, para que, pela sua pobreza, vos tornásseis ricos". "Deus mais se agrada quando as ofertas em dinheiro vêm acompanhadas de uma sincera consagração da devoção do doador a Deus, como foi o caso dos macedônios, que 'deram-se a si mesmos primeiro ao Senhor, depois a nós, pela vontade de Deus' (2Co 8.5)" (GRUDEM, 1999, p. 807). "Deus ama a quem dá com alegria" (2Co 9.7).

7.4 Ofertas no culto público: prática e propósito

As ofertas no culto público têm múltiplos propósitos bíblicos: o sustento dos obreiros dedicados ao ministério da Palavra (1Co 9.14; 1Tm 5.17-18), a manutenção da estrutura que possibilita o culto e o cuidado dos necessitados.

Há uma outra razão que é pouco desenvolvida no nosso meio hoje: o princípio da igualdade. Trata-se de um princípio bem simples, embora polêmico: ninguém deve passar fome, nem viver luxuosamente (2 Co 8.13–15). Esse princípio, que Paulo enraíza nas Escrituras Antigas (Êx 16.18), surge no contexto de uma calamidade que atingiu a igreja mãe em Jerusalém (CARRIKER, 2001, p. 71-72).

Na igreja primitiva, os crentes compartilhavam recursos conforme a necessidade de cada um (At 2.44-45; 4.32-37). O ano sabático e o jubileu (Lv 25; Dt 15) eram mecanismos divinos para prevenir acúmulo excessivo de riqueza e pobreza extrema.

Assim como os outros elementos da liturgia, a entrega de dízimos e as nossas ofertas são uma faceta importante do culto cristão. Que o nosso ofertar em cada Dia do Senhor seja um ato de adoração, demonstrando

nossas lealdade e fidelidade genuínas ao Rei dos reis, para a expansão do seu Reino (PAYNE, 2015, p. 71-72).

7.5 Perigos e equilíbrio pastoral

Dois extremos perigosos ameaçam a prática saudável de dízimos e ofertas: a manipulação teológica e a negligência da mordomia cristã. O amor ao dinheiro é identificado por Paulo como "raiz de todos os males" (1Tm 6.10). A teologia da prosperidade, que condiciona bênçãos à quantidade ofertada, distorce gravemente o evangelho. Jesus advertiu: "Guardem-se de todo tipo de ganância. A vida de uma pessoa não é definida pela quantidade de seus bens" (Lc 12.15).

Por outro lado, a negligência da mordomia também é problemática. Paulo ensina que devemos contribuir "conforme a prosperidade" (1Co 16.2), o que pressupõe regularidade, proporcionalidade e generosidade.

Embora como cristãos não estejamos sujeitos à lei mosaica, podemos extrair alguns princípios de seu sistema de contribuição: o povo de Deus deveria entregar o dízimo como parte do culto prestado e como reconhecimento de que o dízimo pertencia ao Senhor (Lv 27.30). Ainda que hoje o dízimo não seja uma obrigação legal, também não podemos ignorar que a entrega regular do dízimo é esperada no contexto da nova aliança, como expressão de adoração e culto a nosso Deus (LOPES, 2021, p. 90-92).

Os líderes devem evitar criar ambiente de pressão nas coletas públicas. As contribuições devem ser voluntárias, alegres e provenientes de corações gratos. O equilíbrio pastoral consiste em ensinar fielmente os princípios bíblicos, exemplificar generosidade pessoal e confiar que o Espírito Santo moverá os corações dos fiéis.

Os dízimos e ofertas constituem expressões autênticas de adoração cristã conforme compreendidas na tradição reformada batista. A prática do dízimo, embora não seja obrigação legal para os cristãos da nova aliança, permanece válida como referência para contribuição regular. A motivação correta é a gratidão pelo evangelho. Cristo, sendo rico, fez-se pobre por nós, para que nos tornássemos ricos espiritualmente. As ofertas no culto público sustentam obreiros, mantêm a estrutura eclesiástica e cuidam dos necessitados conforme

o princípio da igualdade. "Mais importante que a quantia seja a atitude do coração e a disposição de servir ao Senhor com tudo que somos e temos" (CARRIKER, 2001, p. 76). Que as ofertas sejam expressões sinceras de adoração, gratidão e consagração ao Rei dos reis, para a glória de Deus e a expansão do seu reino.

CAPÍTULO 8 – A COMUNHÃO DOS SANTOS COMO EXPRESSÃO DA ADORAÇÃO COMUNITÁRIA

Tendo estabelecido nos capítulos anteriores os elementos essenciais do culto público cristão — pregação expositiva, oração, louvor congregacional, ordenanças e dízimos e ofertas —, torna-se necessário examinar a dimensão que perpassa todos esses elementos: a comunhão dos santos. Este capítulo apresenta a *koinonia* cristã não como aspecto social da vida eclesiástica, mas como expressão intrínseca da adoração comunitária. A tese central é que a comunhão dos santos, corretamente compreendida à luz das Escrituras, não é opcional nem periférica na adoração pública, mas constitui elemento essencial que reflete a natureza trinitária de Deus, manifesta a realidade da redenção e edifica o corpo de Cristo.

8.1 Fundamento bíblico-teológico: *koinonia* como expressão da vida trinitária

A comunhão cristã tem seu fundamento último não na sociabilidade humana, mas na própria vida trinitária de Deus. A Escritura revela que a comunhão entre os crentes deriva da comunhão eterna entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. João 17 apresenta a oração sacerdotal de Jesus: "a fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste" (Jo 17.21). Essa unidade não é meramente organizacional, mas ontológica e espiritual, fundamentada na união dos crentes com Cristo.

A comunhão descreve a unidade e comunidade da igreja que pode existir por causa do evangelho. Como tal, é importante notar que a comunhão com outros cristãos pode existir porque Deus tomou a iniciativa de nos trazer a um relacionamento correto com ele. Deus Pai, através de Jesus Cristo e pelo Espírito, estabeleceu, por sua graça, uma relação pactual com a humanidade. Aqueles que crêem no evangelho estão unidos no Espírito através do Filho ao Pai (João 15:1–17; 17:1–26; 1 João 1:3–7). [...] A comunhão não começou entre os humanos, entretanto; deriva das realidades trinitarianas,

nomeadamente a eterna comunhão das três pessoas na Divindade Triúna (KIMBLE, 2018, Logos).

Essa fundamentação trinitária possui implicações profundas. Primeiro, demonstra que a comunhão não é funcional, mas participa da natureza da vida cristã. Segundo, estabelece que a unidade da igreja não é conquista humana, mas dom divino. Terceiro, revela que a adoração verdadeira sempre possui dimensão comunitária. A carta de 1 João explicita essa conexão: "o que temos visto e ouvido anunciamos também a vós outros, para que vós, igualmente, mantenhais comunhão conosco. Ora, a nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho, Jesus Cristo" (1Jo 1.3).

8.2 A metáfora do corpo: unidade orgânica na diversidade funcional

A metáfora paulina do corpo de Cristo (1Co 12; Rm 12; Ef 4) fornece o paradigma bíblico para compreender a comunhão dos santos como adoração comunitária. Paulo ensina que a igreja não é associação de indivíduos autônomos, mas organismo vivo no qual cada membro possui função específica e depende dos demais.

A Escritura apresenta a igreja como o corpo de Cristo (1Co 12.27; Ef 1.22-23), uma imagem profundamente teológica e não meramente ilustrativa. [...] A igreja é o templo do Espírito, o campo de Deus, a noiva de Cristo e, especialmente, seu corpo (Ef 2.19-22; 2Co 11.2; 1Co 3.9). Como corpo, a igreja tem uma estrutura orgânica, em que cada membro é interdependente (MESQUITA, 2025, p. 139).

Essa compreensão possui implicações diretas para o culto. Primeiro, a adoração congregacional não é performance de poucos observada por muitos, mas participação ativa de todos. Segundo, a diversidade de dons enriquece a adoração quando todos servem à edificação comum. Terceiro, desprezar a comunhão dos santos é desprezar o próprio Cristo, que é o Cabeça do corpo.

8.3 Comunhão autêntica e os mandamentos recíprocos

A Escritura ensina que a comunhão verdadeira exige transparência e abertura de coração.

Em segundo lugar, a comunhão é um teste de vida. A comunhão significa abrir nosso coração aos outros crentes. Sempre que houver fingimento ou encobrimento, a comunhão não poderá existir. [...] O homem que não permite que a luz de Deus brilhe intensamente sobre toda a sua vida não pode ter comunhão desimpedida com os outros crentes; de fato, ele procurará evitar a comunhão, para que a sua insinceridade não seja detectada. Escreveu João: "Se, porém, andarmos na luz, como ele está na luz, mantemos comunhão uns com os outros" (1 Jo 1.7), mas jamais de outro modo (PACKER, 2017, p. 297-298).

A comunhão verdadeira pressupõe vulnerabilidade, confissão de pecados e prestação de contas. "Mesmo que a igreja expresse uma disposição amigável, poucos de seus membros compartilham a vida entre si. A maior parte de suas interações são restritas a conversas superficiais antes do culto e após o culto" (BLEDSON, 2022, p. 277).

O Novo Testamento contém extensa lista de mandamentos "uns aos outros" que estruturam a vida da igreja.

Abundantemente nas dezenas de mandamentos do tipo "uns aos outros" mencionados no capítulo 8. Os membros da igreja devem amar, perdoar, apoiar, orar, selar, encorajar, ensinar, admoestar, edificar e servir uns aos outros de diversas maneiras. Obviamente, essas responsabilidades não poderiam ser cumpridas sem uma interação regular, de modo que os membros da igreja precisam estar presentes quando a congregação se reúne (DEVER; LEEMAN, 2024, p. 204).

Esses mandamentos incluem: amar uns aos outros (Jo 13.34), suportar uns aos outros (Ef 4.2), perdoar uns aos outros (Cl 3.13), admoestar uns aos outros (Rm 15.14), servir uns aos outros (Gl 5.13), orar uns pelos outros (Tg 5.16) e carregar os fardos uns dos outros (Gl 6.2). "Jesus via o amor de uns pelos outros como a marca distintiva de seus discípulos (Jo 13.35)" (DEVER; LEEMAN, 2024, p. 204).

8.4 Edificação mútua e responsabilidade compartilhada

A comunhão dos santos é meio ordenado por Deus para a edificação do corpo. Cada membro possui responsabilidade não apenas por seu crescimento espiritual, mas pela edificação dos irmãos.

A comunhão cristã é uma realidade prática. Essa comunhão com Deus se traduz em uma forte parceria em torno de uma comunidade de convicção e crença (Fil 1:5). Paulo foi claro que o parentesco de crentes gentios e judeus "em Cristo" leva à obrigação mútua. [...] Não há, portanto, uma independência estrita entre si, mas uma interdependência e reciprocidade (Atos 4:32-37; cf. 1 Tim 5:1-24) (KIMBLE, 2018, Logos).

A responsabilidade pela edificação não recai exclusivamente sobre os oficiais.

Tal edificação deve ocorrer por meio da pregação fiel da Palavra, da administração correta dos sacramentos, da prática da disciplina eclesiástica, da oração comunitária e congregacional e, sobretudo, da cooperação ativa de todos os membros no exercício da mutualidade e do amor cristão (2Tm 4.2; At 2.42; Mt 18.15-17; Cl 3.16; 1Co 12.25) (MESQUITA, 2025, p. 62).

O Princípio Regulador do Culto exige que a adoração pública seja estruturada para promover edificação corporativa, na qual cada membro contribui conforme a graça recebida.

8.5 Responsabilidades corporativas e perigos contemporâneos

A comunhão possui dimensão corporativa essencial que se manifesta na reunião regular para adoração pública.

Outra responsabilidade corporativa dada aos membros da igreja é reunir-se em nome de Cristo, oferecer adoração e encorajar uns aos outros. Inerente à natureza da igreja como um "sacerdócio santo". [...] Quando os membros da igreja cumprem a sua responsabilidade e reúnem em nome dele, os benefícios são surpreendentes. Cristo promete estar presente com eles de maneira especial (Mt 18.20) (DEVER; LEEMAN, 2024, p. 207).

A congregação regular é meio ordinário ordenado por Deus: "Não deixemos de congregar-nos, como é costume de alguns; antes, façamos admoestações e tanto mais quanto vedes que o Dia se aproxima" (Hb 10.25). "Quando os cristãos se reúnem, seu 'estar em Cristo' é atualizado de maneira única, e o amadurecimento se torna 'excepcionalmente possível'" (DEVER; LEEMAN, 2024, p. 207).

A comunhão dos santos enfrenta ameaças constantes. "A liderança investe muita energia durante o ano promovendo e realizando eventos especiais e projetos evangelísticos periódicos. O ativismo caracteriza a igreja, em especial os que querem 'trabalhar' ou 'envolver-se'. Cuidar uns dos outros, orar uns pelos outros e ajudar-se mutuamente na obediência às ordenanças de Jesus recebem muito menos atenção e ênfase" (BLEDSOE, 2022, p. 277). Esse ativismo substitui comunhão verdadeira por ocupação religiosa.

À luz do testemunho bíblico e da tradição reformada, a comunhão dos santos emerge não como aspecto periférico, mas como elemento essencial da adoração verdadeira. Fundamentada na vida trinitária de Deus, estabelecida pela obra de Cristo e sustentada pelo Espírito Santo, a *koinonia* cristã manifesta o caráter comunitário da adoração que agrada a Deus. A metáfora do corpo de Cristo ensina que a igreja não é agregado de indivíduos isolados, mas organismo vivo. Os mandamentos "uns aos outros" estruturam essa interdependência. O culto público é o contexto privilegiado em que a comunhão se manifesta visivelmente através de todos os elementos da adoração. Os perigos contemporâneos — superficialidade relacional, individualismo, ativismo e passividade — ameaçam a comunhão dos santos. A resposta bíblica é fidelidade ao padrão escriturístico. O Princípio Regulador do Culto protege a comunhão verdadeira e garante que a igreja permaneça como comunidade do evangelho. A comunhão dos santos é, em si mesma, ato de adoração. Quando os crentes se amam mutuamente, servem uns aos outros e edificam-se na fé, eles glorificam o Deus trino que os redimiou, cumprindo a palavra de Jesus: "Nisto conhecerão todos que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns aos outros" (Jo 13.35).

CONCLUSÃO

O presente trabalho investigou o culto público cristão à luz do Princípio Regulador do Culto, demonstrando que a adoração verdadeira não é produto da criatividade humana, mas resposta reverente à vontade revelada de Deus nas Escrituras.

A jornada teológica revelou que a adoração é vocação criacional fundamental do ser humano. O pecado corrompeu essa vocação, desviando o culto do Criador para a criatura (Rm 1.25), mas o evangelho restaura adoradores capacitando-os pelo Espírito a adorar "em espírito e em verdade" (Jo 4.23-24). O Princípio Regulador emerge da natureza santa de Deus e da autoridade das Escrituras. A Reforma Protestante resgatou esse princípio, libertando a igreja das tradições humanas não ordenadas.

Os capítulos centrais examinaram os elementos essenciais do culto bíblico. A pregação expositiva (Capítulo 3) é o ato central de adoração, pois através dela Deus fala autoritativamente ao Seu povo reunido. A pregação não é mera transmissão de informações, mas evento de encontro divino-humano onde Cristo é proclamado e o Espírito opera transformação. A oração (Capítulo 4) expressa dependência absoluta da igreja, mediada por Cristo, manifestando a realidade do relacionamento pactual entre Deus e Seu povo.

O louvor congregacional (Capítulo 5) não é performance artística, mas confissão doutrinária cantada que une o povo em adoração cristocêntrica participativa. O conteúdo teológico dos cânticos supera preferências estilísticas, e a participação congregacional é mais importante que excelência profissional. As ordenanças (Capítulo 6) — batismo e Ceia — proclamam o evangelho visivelmente e selam as promessas de Deus. Os dízimos e ofertas (Capítulo 7) manifestam adoração através da generosidade que responde à graça divina. A comunhão dos santos (Capítulo 8) demonstrou que adoração possui dimensão essencialmente comunitária, refletindo a natureza trinitária de Deus.

Este estudo revelou que muitas igrejas evangélicas contemporâneas adotaram práticas litúrgicas moldadas mais por preferências culturais ou estratégias pragmáticas do que por fundamentos bíblicos sólidos. O resultado é culto frequentemente antropocêntrico, emocionalista e desprovido de profundidade teológica. Contra essa tendência, o Princípio Regulador oferece

critério objetivo: Deus determina como deseja ser adorado, e a igreja deve submeter-se ao que Ele revelou em Sua Palavra.

Impacto Pessoal: Lições de um Seminarista

Como seminarista em formação, este estudo transformou profundamente minha compreensão do culto público e minha visão do ministério futuro. Antes desta pesquisa, enxergava o culto primariamente através de lentes emocionais: buscava experiências intensas, valorizava produção musical sobre conteúdo doutrinário e priorizava relevância cultural sobre fidelidade bíblica.

O estudo do Princípio Regulador reorientou radicalmente minha perspectiva. Compreendi que a pergunta correta não é "O que torna o culto atraente?", mas "O que Deus ordena em Sua Palavra?". Aprendi que simplicidade litúrgica não é pobreza, mas riqueza teológica.

Esta jornada mudou como participo do culto, como avalio práticas litúrgicas e como me preparo para o ministério. Agora, ao reunir-me com a igreja, não busco primariamente satisfação emocional, mas encontro pactual com Deus através da Palavra pregada, da oração congregacional, do louvor doutrinário, das ordenanças reverentes e da comunhão fraternal.

Desafios e Esperanças

A igreja evangélica brasileira enfrenta encruzilhada decisiva. O crescimento numérico trouxe visibilidade, mas frequentemente à custa de profundidade teológica. O resgate do Princípio Regulador não é nostalgia, mas necessidade teológica urgente. As Escrituras permanecem suficientes para instruir a igreja sobre adoração que agrada a Deus.

Palavra Final

Este trabalho é convite à nova geração de cristãos brasileiros: voltem às Escrituras. Examinem como a igreja primitiva adorava sob instrução apostólica. Estudem como os reformadores resgataram o culto bíblico. A adoração verdadeira não é questão de estilo musical, mas de fidelidade teológica e obediência reverente.

Que o Senhor capacite Sua igreja a adorá-Lo "em espírito e em verdade" (Jo 4.24), com reverência e santo temor (Hb 12.28-29), para Sua glória, até que Cristo volte em majestade.

Que toda glória seja dada ao Deus Triúno — Pai, Filho e Espírito Santo.

Soli Deo Gloria

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORESE, Rubem. **Louvor, adoração e liturgia**. Viçosa: Ultimato, 2004.
- ANGLADA, Paulo. **Princípio Regulador do Culto**. São Paulo: PES, 2000.
- ASSEMBLEIA DE WESTMINSTER. **Catecismo Maior de Westminster**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.
- BEEKE, Joel R. **Pregação reformada**: proclamando a Palavra de Deus do coração do pregador para o coração do povo de Deus. Editora Fiel, 2019.
- BERKHOF, Louis. **Sumário de doutrina cristã**. Brasília: Monergismo, 2018.
- BÍBLIA**. Português. **Bíblia Sagrada**: Almeida Revista e Atualizada. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.
- BLOCK, Daniel I. **Para a glória de Deus**: uma teologia bíblica da adoração. São Paulo: Vida Nova, 2018.
- BRAYNER, Augusto. **A pregação expositiva como ferramenta do aconselhamento bíblico**. Natal: Nadere Reformatie Publicações, 2020.
- CALVINO, João. **Colossenses**. São José dos Campos: Editora Fiel, 2010.
- CARRIKER, C. Timóteo. **Trabalho, descanso e dinheiro**: uma abordagem bíblica. 1. ed. Viçosa: Ultimato, 2001.
- CHAPPELL, Bryan. **Adoração centrada no evangelho**: renovando a visão e a prática da adoração. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2024.
- CONFISSÃO DE FÉ BATISTA DE 1689**. São Paulo: Editora Fiel, 2001.
- CONFISSÃO DE FÉ BATISTA DE LONDRES DE 1689**. Segunda Confissão de Fé Batista de Londres, 1689.
- CRUSE, Jonathan Landry. **O que acontece na adoração**: uma introdução bíblica, histórica e teológica ao culto cristão. São Paulo: Editora Fiel, 2022.
- DEVER, Mark. **Nove marcas de uma igreja saudável**. São José dos Campos: Editora Fiel, 2018.
- DEVER, Mark; ALEXANDER, Paul. **Igreja intencional**: edificando seu ministério sobre o evangelho. São José dos Campos: Editora Fiel, 2015.
- FRAME, John M. **A doutrina da vida cristã**: teologia do senhorio. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.
- GRUDEM, Wayne. **Teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

HODGE, Charles. **Teologia sistemática**. Tradução de Valter Martins. São Paulo: Hagnos, 2001.

HYDE, Daniel R. **Adoração em espírito e em verdade**: uma introdução ao culto reformado. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

JOHNSON, Jeffrey D. **A igreja**: sua natureza, autoridade, propósito e culto. Francisco Morato: O Estandarte de Cristo, 2020.

JOHNSON, Terry L. **Adoração reformada**: culto que é de acordo com as Escrituras. São Paulo: Os Puritanos, 2020.

KIRST, Nelson. **Rudimentos de homilética**. 4. ed. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2007.

LOPES, Augustus Nicodemus. **A Bíblia e seus intérpretes**: uma breve história da interpretação. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

LOPES, Augustus Nicodemus. **O culto espiritual**: estudos sobre adoração em Malaquias. São Paulo: Vida Nova, 2012.

LOPES, Augustus Nicodemus. **O que a Bíblia fala sobre dinheiro**. 1. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2021.

LOPES, Hernandes Dias. **Bíblia pregação expositiva**: sermões, estudos e reflexões. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Hagnos, 2020.

MERKER, Matt. **Culto corporativo**: como a igreja se reúne como o povo de Deus. São Paulo: Vida Nova, 2022.

MEYER, Jason C. **Teologia bíblica da pregação**: a mensagem que glorifica a Deus, honra as Escrituras e edifica a igreja. São Paulo: Vida Nova, 2019.

NASCIMENTO, Adão Carlos. **A Bíblia é nossa testemunha**: uma breve história da interpretação. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

PAYNE, Jon D. **No esplendor da santidade**: redescobrimos a beleza da adoração reformada para o século XXI. Os Puritanos, 2015.

PETERSON, David. **Adoração no Novo Testamento**: uma teologia bíblica. São Paulo: Vida Nova, 2019.

RENIHAN, James M. **Para o leitor judicioso e imparcial**: uma exposição histórico-contextual da Segunda Confissão de Fé Batista de Londres. O Estandarte de Cristo, 2025.

SCHREINER, Thomas R. A Ceia do Senhor na Bíblia. In: DEVER, Mark; LEEMAN, Jonathan (org.). **Fundamentos batistas**: uma análise da eclesiologia batista. Rio de Janeiro: Pro Nobis Editora, 2024.

SCHREINER, Thomas R. O batismo na Bíblia. In: DEVER, Mark; LEEMAN, Jonathan (org.). **Fundamentos batistas**: uma análise da eclesiologia batista. Rio de Janeiro: Pro Nobis Editora, 2024.

SPURGEON, C. H. (Org.). **Confissão de Fé Batista de 1689**. 5. ed. São José dos Campos: Fiel, 2019.